

A DESCONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA GEOGRÁFICA EM ESCOLAS DA ZONA RURAL NA PARAIBA – O CASO DE BANANEIRAS

Ana Madruga (Prof.º/DEGEOC/Universidade Federal da Paraíba- UFPB)

Nossa investigação teve como objetivo uma avaliação do ensino de Geografia em escolas localizadas na zona rural do Estado da Paraíba, e a localidade estudada foi o município de Bananeiras, na região do Brejo, pela razão de já irmos acompanhando numa observação participante o funcionamento de um dos Grupos Escolares da Região. Como metodologia enquanto técnica de pesquisa, trabalhamos com a pesquisa de campo, entrevistas com professores e alunos, pais de alunos, e com a observação participante.

A escolha do local se deveu a constatação de que a maioria de alunos e professores, trabalhavam no campo, e de acordo com a época do ano, em atividades de plantio ou de colheita na pequena produção agrícola de subsistência.

Tal fato, aliado as condições de trabalho na escola, gerava um comportamento típico, caracterizado primeiro pelo uso intensivo do espaço do Grupo para conter três turnos de aulas; segundo pelas atividades desenvolvidas em sala de aula, que pela inexistência de livros para os alunos na época da pesquisa, na década de 90 do século passado, demandava um tempo em sala de aula para o repasse de seus conteúdos, e terceiro pela inconstância na assiduidade tanto de professores como de alunos. Como justificativa para tais ocorrências, tínhamos, no primeiro caso, o fato da exigüidade de espaço e de professores, que fazia com que houvesse quase ininterruptamente, três turnos de aula a partir das 7,00h da manhã, até as 15,00h, cada um com uma duração aproximada de três horas cada.

Esses turnos eram aproveitados da seguinte maneira, 50 minutos para a professora escrever no quadro negro o conteúdo do livro com a lição daquele dia, para que os alunos copiassem, depois mais 50 minutos para que fossem feitas algumas tarefas a partir daquele conteúdo, mais 30 minutos para o recreio, 30 minutos para a correção da lição do dia anterior, e 20 minutos para um ditado, ou uma redação, conforme a série da turma (do ensino fundamental).

Na verdade, nossa preocupação não era necessariamente com esses aspectos estruturais e pedagógicos com o qual nos defrontamos, e no qual tivemos que nos deter um pouco para uma análise da qualidade do ensino público na região (na zona rural).

Nossa preocupação estava mais centrada, na metodologia de ensino dos estudos sociais, composto pelo ensino de História e de Geografia, principalmente na Geografia ensinada, sobre o Estado da Paraíba.

Desde a década de setenta, que a Geografia no Brasil vinha passando por um processo de evolução metodológica, mais enquanto método de interpretação sobre a ocupação do espaço, do que propriamente sobre as técnicas de pesquisa.

Essa evolução que se firmou a partir de uma rejeição ao método positivista de Augusto Comte, e na introdução de categorias dialéticas e materialistas no estudo das realidades investigadas, não se deu uniformemente na realidade acadêmica nacional, principalmente pelo desconhecimento da Filosofia por parte da maioria dos Geógrafos, mas também por um acomodamento de alguns, que optaram pelo desenvolvimento da ciência geográfica, tal qual a haviam estudado em sua formação acadêmica clássica.

Nesse sentido, foi muito importante o papel das obras dos professores Milton Santos, Armando Correa, Antonio Carlos Robert de Moraes, e Wanderley Messias da Costa (os dois últimos tendo sido orientandos do professor Armando professor da USP, e o primeiro, um baiano que após o exílio, retornava ao Brasil e acabou se fixando em São Paulo também como professor da USP. Outros autores como Carlos Valter e Ruy Moreira, Berta Bekker no Rio também se sobressaiam nessa na preocupação com os novos rumos da Geografia.

Não foi tarefa muito fácil para a maioria dos Geógrafos, acompanhar, a nova linha de trabalho na Geografia, e para isso se formavam as vezes grupos de estudos para dar conta da atualização da Geografia, que em países como a França já se desenvolvia há um certo tempo, e aqui vale destacar o papel de Yves Lacoste frente a nova realidade acadêmica que foi imposta pelas necessidades da realidade social e geopolítica do mundo, principalmente do Terceiro Mundo.

Dessa forma foi despertada uma consciência acerca dos espaços estudados, que iam além de sua descrição, e a ocupação do solo nos espaços de ocupação agrária e agrícola, se tornaram um dos pontos de grande importância, chegando ao ponto de se buscar com frequência e até com uma certa competição, a participação em grupos de estudos nas ciências sociais (no caso da Geografia na USP), um deles inclusive capitaneado pelo professor José de Souza Martins, que emprestava aos geógrafos a sua habilidade na direção do olhar através do marxismo, sobre a realidade do trabalho e do campo no Brasil.

A Geografia Urbana era também uma especialidade e muito abordada, pelo estágio da urbanização em que nos encontrávamos, que originara uma organização espacial representativa das desigualdades sociais, e contou com uma produção muito importante do Professor Milton Santos.

Assim, quando demos início a nossa investigação na zona rural, o centro de nossa preocupação era desvendar algumas hipóteses, acerca do papel do Estado no ensino público, e o que isso representava para o desenvolvimento da geografia na região nordeste.

Segundo Carvalho (1996):

*No caso brasileiro, a centralidade do Estado não indica seu caráter público e universalista. Isto porque, de um lado, o Estado coopta seletivamente os cidadãos e, de outro, os cidadãos buscam o Estado para o atendimento de interesses privados. (p339)*

Aqui para analisarmos o Estado temos que fazê-lo em dois sentidos. Uma análise que contempla o comportamento de um povo com uma organização política, mas com um grau de acesso aos direitos como o da Escola, relegado sempre a uma última instância, na preocupação externada pelos governos (nesse caso em questão um governo estadual), e outra que nos remete aos momentos políticos eleitorais, em que o atendimento a interesses privados se comporta com um paternalismo tão real, que escapa aos que o procuram, a subjetividade de seus atos.

O comportamento da comunidade em estudo, distribuída em vários sítios da Fazenda Gamela, nos leva a uma citação de David Livingstone, na abordagem de Ratzel sobre as Raças Humanas (1990):

*O princípio da paz incondicionada leva à indignidade e à injustiça...O espírito de luta é uma necessidade da vida. Quando os homens carecem dele totalmente ou possuem-no pouco, são expostos a toda espécie de tratamentos indignados e de danos. (p142)*

No que diz respeito a escola, o entendimento da comunidade reflete uma acomodação que em nenhum momento reflete a gravidade da situação. Ora, se o mais importante é comer, não há problema nenhum que existam as ausências dos professores e alunos a escola na época de atividades agrícolas, além do mais, mesmo com uma frequência normal a escola por parte de professores e alunos, não existe continuidade de atividades fora da escola, uma vez que não é o fato de serem crianças os seus alunos, que não há motivação para a formação escolar, o trabalho infantil é uma necessidade que não se extinguiu nem com a bolsa escola, que digamos de passagem não é lá tão importante assim, para quem vê os seus valores na cidade, mas no campo, é um auxílio bem vindo porque constante (na verdade nem sempre, pois os atrasos ao pagamento são frequentes principalmente em época de eleições).

Face essa realidade, onde inserimos a geografia nessa preocupação com a formação escolar na zona rural?

Ora, a Geografia se insere pela sua posição militante nos espaços onde as relações sociedade natureza marcam presença por uma morfologia construída que assume diferenciais, explicados pela Geografia Regional não clássica, e por uma metodologia interessada pelos problemas sociais.

*...toda disciplina que descuida de reelaborar o seu acervo teórico, ou que trabalha sem teoria ou com velhos preceitos, luta para manter o “status quo”, que trabalha para prolongar o passado e para evitar que o futuro chegue. A geografia matemática, quantitativa ou teórica, não é fato isolado, mas é um bom exemplo desse equívoco. Ela parte de supostos isomorfismos, para chegar a supostas isofuncionalidades, e encontrar derivações ou desvios ao que considera “normal”. (Santos, 1978, p 44)*

A realidade é que quando chegamos ao livro didático, encontramos uma proposta didática para o ensino de Geografia da Paraíba, elaborado em Brasília, de onde vinham todos os livros didáticos que o professor tinha acesso.

O Estado da Paraíba é a primeira construção territorial a que o aluno tem acesso em Geografia. Se a motivação para conhecer o seu próprio estado, não se realiza, por conta de uma linguagem que não o atinge, o que será que se forma na vida estudantil e cidadã desses alunos, acerca da importância da Geografia? Para ele é mais fácil uma caracterização territorial de uso do solo vista na Televisão, fora de contexto nacional e mundial:

*Dentre as Alternativas de comunicação mais tradicionais, como rádio, cinema, imprensa, atualmente viceja outra mais perturbadora: a televisão. Apesar de recente entre nós, instaurou-se de maneira tão definitiva que pode ser considerada um padrão universal de nossa cultura.*

*Perturbadora, porque padrões culturais mais antigos, como hábitos de leitura e escrita, corolários indispensáveis da “imprensa” e dos meios por ela produzidos, não alcançam tal universalidade. E temem que alguns padrões sejam deslocados pela TV e sua universalidade, até da área das Alternativas, correndo riscos sérios de desaparecimento a longo prazo. (Penteado, 1991, 15)*

Ante essa realidade constatada, chegamos a hipótese de que as alternativas didáticas para o ensino na zona rural devem levar sempre em consideração as condições de reprodução das comunidades, o estágio de suas identidades culturais, as formas de ocupação do espaço e sua relação com o tempo.

Além disso, há que se repensar a questão do trabalho infantil que se é um mal para a sociedade, também faz parte de uma tradição no campo, no repasse do aprendizado de alguns ofícios.

A distribuição geográfica das atividades produtivas no Brasil, merecem ser repensadas não só do ponto de vista da economia, mas do ponto de vista de sua evolução antropológica e etnográfica.

#### *Referências*

Carvalho, J.M. de. *Cidadania: tipos e percursos in Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol 9, no. 18, 1996, p.257-424

Moraes, A C.R de. *Moraes (org) Ratzel*. São Paulo: Hucitec. 1990

Santos, M A *Responsabilidade Social dos Geógrafos*. São Paulo: Território Livre n.1-UPEGE. 1978

Penteado, H.D. *Televisão e Escola: conflito ou cooperação?* São Paulo: Cortez, 1991. -Col. Educação Contemporânea.

ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003.

Lencioni, S. *Região e Geografia*. São Paulo: EDUSP.1999.(Acadêmica;25)

Santos, Milton. *O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo*. São Paulo: Hucitec, 1986.